

22 Setembro 2010

Lacunas em termos de protecção dos direitos humanos e da justiça na República Democrática do Congo (debate)

Senhor Presidente, em Abril de 2008, o Tribunal Penal Internacional emitiu um mandado de captura contra o milícia Bosco Ntaganda por crimes de guerra, como o recrutamento de crianças-soldados e assassinios em massa contra civis. Em vez de o entregar ao tribunal, o Governo de Kabila promoveu-o a uma posição de topo no exército da RDC.

Este comportamento das autoridades congoleesas, em violação das suas obrigações como membro do Acordo de Cotonou, incentiva o sentimento de impunidade e explica as barbaridades que continuam a ter lugar na RDC, como a violação em massa de 500 mulheres e crianças, incluindo bebés, no distrito de Mineiro do Kivu Norte em Agosto último, perante a vergonhosa inacção das forças da MONUSCO, conforme confirmado pelo Secretário-Geral adjunto da ONU, Atul Khare.

A corrupção e a impunidade na RDC explicam tanto o miserável comportamento dos rebeldes, ao serviço de governos vizinhos, como das autoridades governamentais e das forças da ONU. Não teremos eficácia contra a corrupção e a impunidade na RDC enquanto não atacarmos de frente o problema da extracção e comércio ilegal de minerais que financia os grupos armados e alimenta o conflito e as violações dos direitos humanos, como demonstrado no assassinio de Floribert Chebeya.

Precisamos urgentemente de adoptar na União Europeia e no Conselho de Segurança da ONU medidas na linha das previstas na recente lei americana sobre *conflict minerals*, identificando companhias congoleesas, europeias, americanas, chinesas, transnacionais, que vivem da exploração das minas controladas pelos rebeldes, tal como também das descontroladas pelo governo.

Name and shame, porém, não basta. É preciso proibir e reprimir a comercialização e uso desses minerais em equipamentos tecnológicos, jóias e outros produtos de utilização corrente em todo o mundo.

Precisamos também na União Europeia de reforçar as missões EUSEC e EUPOL que temos na RDC e dar-lhes meios para realmente fazerem a diferença no sector da segurança. E, para isso, é indispensável que reforcem a perspectiva de género na sua formação e acção, envolvendo as parlamentares congoleesas, as organizações de mulheres congoleesas, não apenas na protecção e assistência às vítimas, mas como actores decisivos na construção da paz, no respeito pela lei e no combate à corrupção e contra as violações de direitos humanos.